

Perspectiva africana na *História Geral da África* (UNESCO)¹

Muryatan S. Barbosa²

O projeto da *História Geral da África* teve sua origem no 1º. Congresso Internacional dos Africanistas, realizado em Acra, capital de Gana, entre 11 e 18 de Dezembro de 1962. Tratou-se de um grande evento que, com o suporte da UNESCO, reuniu cerca de quinhentos especialistas em África de todo o mundo. A idéia era, provavelmente, anterior. Mas ali se ratificou, de forma pública, o desejo de construir, com a ajuda da UNESCO, um trabalho de cooperação científica internacional, visando desenvolver a pesquisa histórica em África.

Havia duas razões para esta participação da UNESCO no projeto da *HGA*, desde sua origem. Em primeiro lugar, a ela já estava, à época, voltada para a intensificação do seu trabalho em África. Este intento era evidente, por exemplo, nas deliberações da 15ª. Conferência Geral da UNESCO, em 1960, por mais esforços pela educação em África. O apoio da UNESCO ao referido Congresso dos Africanistas fazia parte disto³. Por outro lado, a UNESCO poderia dar o respaldo institucional e financeiro que o projeto exigia. Afinal, desde seu início ele foi pensado como um trabalho científico de grande envergadura.

Existiam três motivos principais que justificavam a criação do projeto, segundo seus idealizadores. Em primeiro lugar, havia o perigo de que as fontes para a história da África se perdessem definitivamente, tanto as fontes escritas, quanto as orais. Tal fato poderia ser revertido, em parte, com a coleta de fontes e organização dos arquivos em África, que poderiam acomodar a documentação existente, e aquela que ainda estar-se-

¹Este texto não deve ser citado sem autorização expressa do autor, por ser parte integrante do seu doutoramento. Os pedidos deverão ser encaminhados para murybarbosa@hotmail.com.

² Mestre em Sociologia e Doutorando em História da África, ambos pela FFLCH-USP. Bolsista CNPq. Foi pesquisador visitante da Universidade de Harvard (2010). Membro do NEACP (DH-USP) e editor da revista *Sankofa: história da África e Estudos da Diáspora Africana*.

³Tratava-se de um direcionamento que, por sua vez, respondia à integração de uma grande quantidade de países africanos no seu quadro, sobretudo os recém-independentes, no início de 1960. Basta lembrar que em 1960, existiam apenas nove países africanos na UNESCO, e, em 1963, este número já havia subido para trinta e dois.

ia por investigar. Mas isto deveria ser feito rapidamente. Em segundo lugar, havia o desejo de que *HGA* pudesse sintetizar o conhecimento sobre o continente, ainda disperso e mal distribuído no tempo e espaço. Só assim se teria clareza das lacunas a serem pesquisadas. Por fim, havia o desejo de que a *HGA* pudesse impulsionar uma escrita de história que superasse os preconceitos colonialistas sobre o continente, contribuindo para desvelar as contribuições africanas para a civilização universal. Algo visto como sumamente necessário às nações africanas no período pós-colonial, que se instaurava em África⁴.

Consensual entre os especialistas em história e cultura africana, a idéia da *HGA* foi encaminhada e aprovada, em 1964, como um dos projetos de cooperação científica internacional da 16^a. Conferência Geral da UNESCO. Com esta aprovação, a UNESCO se tornou oficialmente a instituição promotora da *HGA*, cuja primeira etapa foi finalizada em 1999, com a publicação dos oito volumes em francês, inglês e árabe. Significa dizer que a UNESCO assumia o apoio institucional e financeiro do projeto. Na prática, entretanto, este seria construído de forma bastante autônoma, por uma comissão de especialistas de notório saber sobre a temática.

Existem hoje, pelo menos, três motivos primordiais para se estudar *História Geral da África*. O primeiro é a qualidade científica da obra. Este fato foi resultante de um trabalho árduo e demorado de leituras e críticas, em que cada artigo, escrito por um especialista na área, era analisado e, muitas vezes, rescrito, antes de ser publicado. O segundo motivo é que com este projeto, a UNESCO garantiu que o ponto de vista dos intelectuais africanos sobre a história do seu próprio continente, se torna-se algo internacionalmente relevante e acessível a todos os interessados. Com isto, desde então, não há mais justificativa para se fazer História da África, sem levar em consideração os que os intelectuais africanos pensam sobre o assunto. O terceiro motivo é que a *História Geral da África*, apesar da inegável diversidade de posições e autores, legou uma abordagem atual para a compreensão da História da África, que aqui se denominou: *a perspectiva africana*. É este tópico que se analisa a seguir.

Perspectiva africana: ponto de vista dos intelectuais africanos?

⁴UNESCO-CLT-HIGENAF-ABIDJAN, p. 1.

Em uma primeira aproximação ao tema da perspectiva africana na *HGA*, pode-se ter a impressão que poder-se-ia definir tal perspectiva de forma simples como o ponto de vista dos intelectuais africanos pela sua própria história. Esta é a definição que poder-se-ia, por exemplo, atribuir dos tópicos presentes na *Apresentação do projeto*, escrita em 1978 por Bethwell Ogot, então presidente do *Conselho Científico Internacional para a Redação da História Geral da África*.

“A *História Geral da África* é, acima de tudo, uma história de idéias e de civilizações, sociedades e instituições. Ela se fundamenta nas mais diversas fontes, incluído a tradição oral e a expressão artística. Neste projeto, a história da África é enfocada sob o ponto de vista da própria África. Obra erudita, ela é também, em grande medida, o reflexo fiel da maneira como os autores africanos vêem sua própria civilização. Ainda que seja elaborada dentro de um quadro internacional e se utilize de dados científicos atuais, a História será também um elemento capital para o reconhecimento do patrimônio cultural africano e colocará em evidência os fatores que contribuíram para a unidade do continente. Esse esforço em examinar os fatos a partir de seu interior é a característica singular do projeto e deverá, ao lado de suas qualidades científicas, conferir-lhe uma grande significação. Ao mostrar a verdadeira face da África, esta obra poderia, numa época dominada por rivalidades econômicas e técnicas, propor uma concepção particular dos valores humanos” (Ogot, 1982: 15-16).

Neste último tópico, em especial, poder-se-ia imaginar que por perspectiva africana da *HGA*, dever-se-ia entender a “África do ponto de vista da própria África”, sendo o “reflexo fiel da maneira com os autores africanos vêem sua própria civilização”. Ou seja, daí concluir-se-ia que a perspectiva africana seria tão somente o ponto de vista dos intelectuais africanos sobre a história do continente.

Uma maior aproximação da temática, entretanto, a partir da análise da história institucional do projeto e da leitura da própria obra, revela uma visão diferente da “perspectiva africana” da *HGA*, enquanto uma premissa científica para o estudo da História da África.

Não poder-se-á aqui, devido ao espaço reduzido desta comunicação, tratar da problemática da perspectiva africana na história institucional do projeto. Sucintamente, cabe dizer que a leitura e análise das atas das reuniões do *Conselho Executivo (CE)* e do *Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África (CCI)*, ao longo das décadas de 1960 e 80, deixa evidente a disputa em torno da

“perspectiva africana”, ou, em outros termos, da “África por ela mesma”, como um dos problemas centrais na realização da *HGA*. Existem dois momentos recorrentes que atestam tal fato. Em primeiro as polêmicas de alguns editores de Volume, em especial, Ali Mazrui, com os membros de época (década de 1970) do CE. No caso de Mazrui, em torno do conteúdo do oitavo e último volume da obra: *A África desde 1935*. Em segundo lugar, a postura ativa do CE e de certos editores da obra, em defesa da “perspectiva africana”, quando esta se via ignorada pelos autores dos capítulos. Este segundo caso, fica evidente, por exemplo, na defesa que CE fez do trabalho organizador do editor A. Boahen, em torno da perspectiva africana, no sétimo volume da obra (*A África sob dominação colonial*). Algo bastante perceptível entre 1972-78, mas que vai se esvanecendo daí por diante⁵.

Esta disputa em torno da “perspectiva africana”, que mostra que ela estava longe de ser algo consensual e definitivo na construção da *HGA*. Por isto, deve-se analisar tal perspectiva para além da “visão dos próprios africanos sobre a sua história” - um dos méritos inegáveis da *HGA*. Como visto, alguns vestígios da definição desta perspectiva se encontram na história institucional do projeto, mas é na escrita da história ali presente, que pode-se qualificar tal postura científica. Em seguida, propõem-se uma sistematização desta análise. A comprovação pormenorizada desta depende, todavia, da finalização de um trabalho ainda em andamento.

A perspectiva africana como prerrogativa historiográfica

A análise dos oito volumes da *HGA* mostra que há uma divisão entre o tipo de escrita da história ali presente, entre os autores preocupados em enfatizar uma perspectiva mais africana para a história da África, e outros que não demonstram tão preocupação. De um modo geral, pode-se afirmar que esta distinção passa necessariamente - embora não exclusivamente - pela forma com que cada um destes “grupos” destaca os fatores internos ou fatores externos, na explicação histórica do continente. Os autores que buscam, sempre que possível, enfatizar os fatores internos, chamaremos de internalistas. Por oposição, aos autores que destacam os fatores externos na explicação histórica do continente africano, dar-se-á o nome de “externalistas”.

⁵ CC-77-CONF.602-2; UNESCO-CLT-HIGENAF-ABIDJAN; BARBOSA, M. (2011).

Como pode-se supor, portanto, a “perspectiva africana”, como prerrogativa historiográfica que aqui se delineia, esta associada às posições dos autores internalistas.

Vale dizer que, assim como pode-se observar da história institucional do projeto, o fato da maioria dos autores da *HGA* serem africanos, pode ter garantido a posição hegemônica dos internalistas sobre os externalistas, mas não traz uma identificação de posições historiográficas e local de origem do autor. Ou seja, como mostraremos a seguir, não é porque se é um intelectual africano que se é internalista. O mesmo pode ser dito em relação aos especialistas não africanos e o “externalismo”.

Pode-se dizer que os volumes da *História Geral da África* em que os autores são mais consensuais em torno de uma visão internalista sobre a história do continente são os dois primeiros: *Metodologia e pré-história da África* (editado por J. Ki-Zerbo) e *África Antiga* (editado por G. Mokhtar). Várias razões podem ser levantadas para explicar este fato. Uma delas, sem dúvida, é que, na década de 1970, a principal visão externalista sobre a história da África Antiga, que atribuía os fatores evolutivos do continente a uma suposta origem “camita” e/ou “semita”, já estava desacreditava no meio científico da época. A vitória das posições de C. A. Diop e T. Obenga no Colóquio “*O povoamento do Antigo Egito e a decifração da escrita Meroítica*” (Egito, 1973) é uma demonstração deste fato.

Ainda assim, não resta dúvida de que o fantasma da hipótese camito-semíta continua relevante. Por isto mesmo, a principal polêmica do primeiro Volume da *HGA*, diz respeito a relação entre História e Lingüística; área de onde surgiu a “fundamentação” de tal hipótese, a partir de trabalhos de F. Muller (1876-84), Bauman & Westermann (1940), W. Jeffreys (1963), Meinhof (1912), C. G. Seligman (1930). Deste fato decorre uma discussão acerca do modo como a Lingüística deveria ser incorporada à história da África, e as interpretações daí decorrentes. Os artigos que tratam exclusivamente deste tema são os seguintes: a) *História e Lingüística*, de P. Diagne; c) *Migrações e diferenciações étnicas e lingüísticas*, de D. A. Olderogge; d) *Classificação das línguas da África*, de J. H. Greenberg; e) *Mapa lingüístico da África*, de D. Dalby. O texto de T. Obenga e outro de Joseph Ki-Zerbo (*Teorias relativas às “raças” e história da África*), deste primeiro volume, tratam secundariamente desta questão.

A questão que se coloca é em que medida a Lingüística, por estar ainda num estágio inicial em África, estaria ainda servindo a hipóteses abstratas e externalistas sobre a história da África. O alvo desta crítica, levantada por Dalby e Diagne, por exemplo, é um dos autores elencados para esta seção da *HGA*, o lingüista H. Greenberg. Autor responsável por uma das mais conceituadas análises lingüísticas da África, fora do continente.

Acreditam tais autores que a visão de Greenberg teria dois perigos fundamentais. Em primeiro lugar seriam simplórias, pois suas tipologias agrupariam aspectos restritos e, por vezes, simplesmente aparentes das estruturas das línguas africanas. Por outro lado, elas seriam etnocêntricas. Isto porque, a partir da definição da família afro-asiática (egípcio, berbere e semítico), estar-se-ia re-estabelecendo, indiretamente, a crença na hereditariedade mediterrânica dos africanos egípcios e do Norte. Algo que remete à velha teoria camita, que o próprio autor ajudou a desconstruir.

Esta última crítica parece ser a mais importante para os estudiosos da *HGA*. Não por acaso, sobre este último ponto, ao falar sobre a integração do berbere ao afro-asiático, vê-se a seguinte nota de rodapé no artigo de Greenberg, acrescentada por pedido de um membro do Comitê:

“Nota acrescentada a pedido de um membro do Comitê: esta classificação não é apenas contrária às opiniões de pesquisadores alemães, mas também à verdade científica pura. Os lingüistas norte-africanos apontaram os motivos políticos que levaram a escola colonialista francesa a classificar a língua berbere entre as línguas camito-semíticas. A realidade é que o berbere é uma língua semítica, e mesmo uma das mais antigas línguas dessa família, juntamente com o acadiano e o hebraico. Assim, não é nem camito-semítico nem afro-asiático, como se diz em outras partes deste capítulo. Ver, particularmente, em árabe: M. El-Fasi. O berbere, língua-irmã do árabe. Atas da Academia do Cairo, 1971 (Greenberg, 1982: 313).

O leitor não se enganou. No artigo de Greenberg, na *HGA*, consta uma nota do Comitê organizador da obra afirmando que sua classificação do berbere como afro-asiático não é científica. É difícil crer que esta nota foi aceita com bom grado pelo autor. Mais importante do que isto, todavia, é que tal inclusão mostra as reservas da maioria dos membros do Comitê, para com a tipologia da família afro-asiática, estabelecida pelo lingüista estadunidense. Por mais criticadas que as demais famílias de Greenberg fossem pelos demais autores, em especial Dalby, não há nenhuma interferência direta do

Comitê para comentar estas. Tal fato mostra a importância que o Comitê atribuía a esta tese particular.

Na medida em que os autores da HGA se colocam em oposição a este mito camito-semíta, a exposição de uma história da África internalista, como marca da perspectiva africana, se mantém de forma praticamente consensual ao longo dos dois primeiros volumes da obra. O grande oponente é um autor ausente, R. Mauny, diversas vezes citado como um autor cuja linha externalista deveria ser superada.

Uma disputa, entretanto, que se coloca dentro da perspectiva africana no segundo volume é em que medida o internalismo ali presente deve ou não se apoiar em um difusionismo intra-africano. Pode-se observar posições opostas neste sentido, por exemplo, no segundo volume da obra, nos artigos acerca do Egito Faraônico de C. A. Diop (*A origem dos antigos egípcios*) e Abd Zayed e J. Devisse (*Relações do Egito com o resto da África*).

Os autores dos artigos estão de acordo quanto a origem africana do Egito faraônico, a tese clássica de Diop. Mas não o estão em relação ao quanto pode-se concluir sobre a continuidade das relações entre o Egito faraônico e o resto da África, ao sul de Meroé, na Idade Antiga. Enquanto que Diop acredita haver elementos suficientes que atestam tal fato, Zayed e Devisse (e outros) não concordam. A discussão se coloca não no âmbito ideológico, mas científico. No entanto, pode-se aí observar duas tendências opostas que se rivalizam, sobretudo, no segundo volume da HGA: a) uma minoritária, continentalista, de caráter difusionista (intra-africano); b) outra hegemônica, regionalista.

A partir do terceiro volume (*A África entre os séculos VII e XI*) duas mudanças visíveis se colocam na HGA. A primeira delas é que, dentro da perspectiva africana, a tendência regionalista torna-se, sem dúvida, hegemônica em relação a difusionista. Isto pode ser verificado mesmo em temas clássicos do difusionismo intra-africano, como a expansão dos banto, analisadas neste volume por J. Vansina e S. Lwanga-Lunyiigo (*Os povos falantes do banto e sua expansão*). Em relação a África Ocidental também, busca-se confirmar a evolução autônoma da região, bem defendidas por autores como T. Shaw e Bassey-Andah. Aí, não resta dúvida que as descobertas arqueológicas realizadas

em Nok, Djenné e Igbo Iwu, durante as décadas de 1960 e 70, trouxeram elementos favoráveis a comprovação empírica de tal hipótese.

Por outro lado, tal perspectiva africana, cada vez mais regionalista, a partir deste terceiro volume, encontra um oponente, desde então, também representado na *HGA*: a linha externalista, na explicação história do continente.

No terceiro volume da obra, inclusive, esta é a posição defendida pelo próprio editor do volume: o historiador marroquino El Fasi. Este fato fica evidente na *Introdução* do referido volume, em que o editor enfatiza com as mudanças significativas da história da África, no período entre os séculos VII e XI, seriam supostamente resultado (direto e indireto) da expansão do mundo muçulmano no continente. Em linhas gerais, os quinze capítulos iniciais do referido volume são uma conseqüência deste tipo de abordagem externalista. Evidentemente, vê-se ali certo cuidado em distinguir o papel dos africanos na construção deste novo mundo afro-islâmico, que estaria se formando a partir do século VII. Mas é evidente a preponderância de uma tendência externalista, em tais capítulos.

É certo que em alguns capítulos do livro, com os escritos por C. Ehret, T. Shaw e Vansina, se busca reconstruir uma perspectiva mais internalista da história do continente. Mas o quadro geral é externalista. Talvez tentando contrabalancear este fato, este volume da *HGA* é o único em que o último capítulo da obra não foi escrito pelo editor, mas por outros autores. Trata-se do capítulo 28 (*A África dos séculos VII ao XI: cinco séculos formadores*) redigido por J. Devisse e J. Vansina.

A balança internalistas x externalistas se volta novamente para os primeiros no quarto volume da obra (*A África do século XII ao XVI*), editado por D. Niani. Neste volume, pode-se observar uma evidente tentativa do editor, e da maioria dos autores ali presentes, em destacar os fatores internos na explicação histórica do continente. Tal posicionamento em artigos com os de B. Ogot (*A região dos Grandes Lagos*), B. Fagan (*As bacias do Zambeze e do Limpopo entre 1100 e 1500*), S. Cissoko (*Os Songhai do século XII ao XVI*), Y. Person (*Os povos da costa*), Ngcongco (*A África meridional*), C. Ehret (*Entre a costa e os Grandes Lagos*). A comprovação de tal afirmação mereceria um trabalho pormenorizado que aqui não poderá ser realizado, mas a diferença de

perspectiva do volume terceiro para o quarto mostra, sem dúvida, a importância do trabalho do editor na construção dos volumes da obra.

Todavia, uma diferença importante diferencia a perspectiva africana aqui delineada daquela construída nos dois primeiros volumes. Trata-se do fato de que, enquanto nos primeiros volumes, podia-se, muitas vezes, ignorar o peso dos fatores externos na explicação histórica da África (com exceções evidentes, como a colonização romana no Egito ou o povoamento de Madagascar), a partir do terceiro volume isto é praticamente impossível de ser feito. Ao menos, sem prejuízo de uma interpretação científica do continente. Por esta razão, desde então, a perspectiva africana se coloca cada vez mais como uma escolha do historiador sobre a qual cabem mais discordâncias pontuais, visto que o peso histórico dos fatores externos na África se torna progressivamente mais evidente.

O volume quarto da *HGA* mostra, todavia, que tal fato não leva necessariamente ao abandono da perspectiva africana, mas de sua qualificação científica. Um bom exemplo deste esforço pode-se observar no capítulo 25 (*Relações e intercâmbios entre as várias regiões*) e na Conclusão do volume, ambos escritos por Niani. Nestes, o autor, sem menosprezar os fatores externos a história do continente, como a continua inserção da África no mundo muçulmano, busca construir uma percepção científica em que a África aparece em seu “dinamismo histórico próprio”, nas mais variadas esferas sociais: populacional, tecnológico, econômico, político, étnico, cultural. Em suma, o essencial da vida social no continente, até o século XVI, ainda é africano, e o que não o era torna-se cada vez mais africano, como o Islã. Ou seja, torna-se, gradativamente, parte integrante dos fatores internos de explicação histórica do continente.

Mas a história da perspectiva africana na *HGA* vai se tornando cada vez mais desafiador, sem dúvida, conforme o tempo histórico se aproxima do presente. Os volumes V (*A África entre os séculos XVI e XVIII*) e VI (*A África do século XIX à década de 1880*) vão dar continuidade a tentativa de solucionar esta problemática, editados respectivamente por B. Ogot e J. F. Ade Ajayi.

Nestes volumes, é perceptível que o obstáculo maior para pensar tal perspectiva africana, de um ponto de vista científico, é a inserção gradual da África no mundo

capitalista. Mais especificamente, no tráfico escravista Atlântico, cada vez mais controlado pelos interesses europeus. Afinal, como fazer uma história da África científica, em que se destacassem os fatores internos do próprio continente, se esta história, durante tal período histórico, se mostra, de fato, cada vez mais enredada pelos fatores externos, cada vez menos controlados pelos próprios africanos?

Na busca de responder a esta pergunta, se colocam as passagens mais interessantes destes dois volumes da *HGA*. Começamos pelo volume V. E difícil negar o fato de que o peso de tais fatores externos na realidade histórica africana, entre 1500 e 1800. Afinal, ao término deste período, a maior parte da África estava interligada aos circuitos comerciais mundiais, cujo domínio era cada vez mais exterior ao continente. Por esta razão, muitos autores deste volume buscam demonstrar o caráter de dependência e/ou de subdesenvolvimento, que este período foi para a história da África.

Neste sentido, os autores da *HGA* são extremamente críticos a trabalhos com os de Philip Curtin (1967) – e hoje poder-se-ia acrescentar J. Thorthorn (*A África e o mundo atlântico*) -, que tentaram diminuir os números e os efeitos do tráfico escravista em África, visando “descolonizar a história da África”. Curtin, em especial, é o grande ausente criticado no volume V. Em primeiro lugar porque, para os autores da *HGA*, sua quantificação do tráfico escravista - retomada por P. Lovejoy (1980) -, num total aproximado de 11 milhões de africanos escravizados no tráfico atlântico, seria errônea. Aliás, algo que se tem comprovado nas recontagens mais recentes, que retomam a cifra aproximada de 15 milhões de pessoas, levantada por Eric Williams (*Capitalismo e Escravidão*). Em segundo lugar, porque Curtin, em um livro conhecido sobre a história da África, escrito em parceria com J. Vansina, S. Feierman e L. Thompson (1978), escreveu, sem demonstrá-lo empiricamente, que os aspectos demográficos negativos de tal tráfico teria sido historicamente contrabalanceados pelos positivos, com a chegada das plantas ameríndias na África.

Os autores da *HGA* são definitivamente críticos de tais posicionamentos de Curtin. Embora este não seja um termo utilizado pelos autores da *HGA*, penso que poder-se-ia qualificar posicionamentos como estes de Curtin como um “falso internalismo”. Afinal, apesar de buscarem destacar os fatores internos, em contraposição aos externos, na explicação histórica do continente, o fazem sem o devido

respaldo científico, desvirtuando a realidade histórica. Pelo menos, é o que se pode concluir das argumentações em contrário de autores como, J. Inikori (*A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico*), E. M'Bokolo (*Das savanas de Camarões ao Alto Nilo*), M. Malowist (*A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África*), P. Diagne (*As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado*).

Contra este falso internalismo, outros autores do quinto volume, buscam enfatizar as características fundamentais dos movimentos populacionais internos da África. J. Vansina (*Os movimentos populacionais e a emergência de novas formas sociopolíticas na África*), em particular, dá a este fenômeno social uma importância central para a compreensão da história do continente no período. Em especial, em relação a África Austral.

Outra tendência importante consiste no estudo do ressurgimento gradual das formações estatais africanas, após o ocaso do século XV. Tal é o intento de autores como Ndaywel è Nziem (*O sistema político luba e lunda: emergência e expansão*), D. Laya (*Os Estados Haussas*), H. H. K. Bila (*A região ao Sul do Zambeze*), El Fasi (*O Marrocos*), R. K. Kent (*Madagascar e as ilhas do Oceano Indico*). De um modo geral, pode-se afirmar que tais autores (e outros) buscam avaliar o peso dos fatores externos (em especial, o comércio mundial), neste período, como elementos que reafirmam transformações anteriores das sociedades africanas. Alguns exemplos deste fato seriam o surgimento das aristocracias militares, a super-exploração dos camponeses, a consolidação do islamismo e do cristianismo (Etiópe), a utilização extensiva do ferro em todo o continente, a formação de novas identidades lingüísticas.

Evidentemente, a situação não é a mesma em todas as sociedades africanas neste vasto período, entre os séculos XVI e XVIII. Nas regiões costeiras da África ocidental e do Leste, por exemplo, é evidente que a participação mais intensiva dos europeus na África não pode ser subestimada. Neste sentido, colocam-se novas dificuldades para uma versão equilibrada da perspectiva africana, que busca dar ênfase aos fatores internos, sem recair no “falso internalismo”.

Tratando de um período histórico posterior, em que o peso dos fatores externos é ainda mais determinante, o volume sexto da *HGA (A África do século XIX à década de 1880)*, editado por Ajayi), não é marcado por esta luta do volume quinto (internalismo x falso internalismo), mas pela disputa mais corrente da *HGA*: internalistas x externalistas.

Ainda que sem o peso do terceiro volume, em que se tornou hegemônica, a perspectiva externalista é marcante neste volume, especialmente em artigos como os de I. Wallerstein (*A África e A economia-mundo*), N. Bhebe (*Os britânicos, os boers e os africanos na África do sul, 1850-1880*), N. Ivanov (*Novas formas de intervenção européia no Magreb*), A. Issacman (*Os países da bacia do Zambeze*). Nestes, o peso dos fatores externos, com a integração econômica africana ao mercado mundial e o início das políticas colonialistas européias (em especial, no norte e sul da África), são tidos como os elementos determinantes da história africana, no século XIX.

Esta posição externalista é contrabalanceada no volume pela continuação da perspectiva africana, internalista. Este é o caso explícito de artigos como os de Ajayi (*A África no início do século XIX: problemas e perspectivas; Conclusão*), A. Boahen (*Tendências e processos novos na África do século XIX*), D. Cohen (*Povos e estado na região dos Grandes Lagos*), L. Ngcongco (*O Mefcane e a emergência de novos estados africanos*). O que faz destes artigos exemplos da perspectiva africana é que neles, os fatores externos são explicados a partir de sua importância interna à África. Ou seja, enquanto catalisadores ou deformantes de fatores internos, que supostamente já estariam ocorrendo na história da África. A opinião geral é que, embora estes fatores fossem originalmente externos, eles já estavam integrados a história africana. E, portanto, deveriam ser vistos como fatores internos da explicação histórica do continente.

Este é o caso, por exemplo, do tráfico atlântico de escravos. Embora este seja, originalmente, um fator externo, a partir dos séculos XVIII-XIX, ele se configura cada vez mais com um elemento interno, de muitas sociedades africanas. Neste sentido, fala-se inclusive de como o tráfico engendrou sociedades produtoras de escravos (C. Melassouix). Outro exemplo é o islamismo em África. Para os autores internalistas, as *jihad's* dos séculos XVIII e XIX são fatores internos da explicação da história do continente.

Ancorado nestes e outros elementos, o editor do volume, Ajayi, busca mostrar que a marca fundamental do século XIX na história da África seriam as tentativas dos dirigentes africanos em reformar as suas sociedades diante dos novos desafios colocados pelo peso dos fatores externos ao continente à época. Aí incluindo-se o fim do tráfico escravista, as crises ecológicas, o início das intervenções colonialistas européias, a ruptura com as elites tradicionais africanas, a modernização tecnológica e militar. A perspectiva africana, neste caso, é o estudo deste esforço pelo auto-desenvolvimento, posteriormente eliminado pelo colonialismo europeu.

Uma proposta também coerente de estudar a perspectiva africana na história da África é apresentada por A. Boahen, enquanto editor do sétimo volume da *HGA: A África sob dominação colonial, 1880-1935*. Em comparação aos demais, este volume é o mais unitário em termos de conteúdo e interpretação histórica. Esta posição, sem dúvida, deve-se ao trabalho do editor do volume: A. Adu Boahen.

A proposta de Boahen para a perspectiva africana, entre 1880-1930, é analisar as iniciativas e as reações dos africanos ao colonialismo europeu. Para isto, Boahen defende uma posição internalista, em que tais ações são analisadas em seu contexto histórico local e regional, desde a invasão até a ocupação colonial. Esta posição geral é seguida pelos autores da obra.

Tal tendência da obra é contrabalanceada pela presença de estudos factuais sobre a economia colonial, como os de R. Betts (*A dominação européia: métodos e instituições*), Coquery-Vidrovitch (*A economia colonial nas antigas zonas francesas, belgas e portuguesas*), M. Kaniki (*A economia colonial: as antigas zonas britânicas*). Mas estes artigos não colocam ali para inovar na temática do volume. Eles falam apenas do mínimo necessário sobre a colonização em si. Tanto que, logo após estes, se retoma a discussão sobre as resistências africanas, a partir da década de 1920.

A diferença de perspectiva histórica entre este sétimo volume e o oitavo e último da obra (*A África a partir de 1935*), é um excelente exemplo de como é enganoso ver uma unidade de conteúdo e interpretação na *HGA*. Isto porque, enquanto a posição do sétimo volume se circunscreve a uma posição internalista, o volume oitavo é um

amalgama das posições internalistas, externalistas e outras que não cabem nestas definições.

Esta diversidade de posições parece ter sido algo propositalmente incentivado pelo editor do volume, Ali Mazrui. É possível detectar tal fato da história institucional da *HGA*. Mas é possível também observar tal fato nos artigos de Mazrui no referido volume. Nestes, o autor defende uma visão da África, que pretende mostrar como a história da África, na época contemporânea, deveria ser analisada em termos de influências recíprocas do continente em relação ao resto do mundo, e vice-versa. Não se trataria mais, portanto, de uma visão internalista ou externalista. Mas, segundo o próprio, de uma percepção das influências recíprocas, cada vez menos determinadas por sua origem.

Perspectiva africana: modelos explicativos

Esta análise da perspectiva africana na HGA, ainda não completada, nós leva a apontar três modelos explicativos gerais que sustentariam tal prerrogativa historiográfica, na referida obra. Vale lembrar que, por perspectiva africana, entende-se a abordagem que dá ênfase aos fatores internos ao continente, em oposição aos externos, na explicação histórica da África.

O primeiro destes modelos é o que chamamos de explicação regionalista. Por este termo entende-se uma explicação historiográfica internalista da história da África, baseada em de uma análise de longa duração das sociedades africanas. Para isto, destacar-se-ia os fatores regionais - ou locais - que poderiam atestar tal continuidade histórica, dando-se ênfase aos desenvolvimentos técnicos e sócio-políticos, como exemplos deste fato.

O segundo modelo explicativo da perspectiva africana seria a difusionista (intra-africana). O internalismo aí preconizado buscaria enfatizar o caráter de difusão dos fatores explicativos da história da África, para além do âmbito regional ou local. Destacar-se-iam aí, para isto, as idéias de movimento e troca na explicação histórica;

assim com os fatos que atestariam tal interpretação. Seus temas típicos seriam os movimentos migratórios e as influências culturais, de alguns povos sobre outros.

O terceiro modelo explicativo seria o do sujeito africano. Na *HGA*, este tipo de análise histórica visaria ressaltar a ação política dos africanos, da forma mais ampla possível. Sua presença far-se-ia marcante, sobretudo, nos momentos históricos em que os fatores externos são estruturalmente dominantes na história do continente. Este é o caso, por exemplo, da época colonial. Tratar-se-ia, pois, de uma abordagem que busca na ação política do africano, o último objeto de estudo do internalismo na história da África.

Os três modelos acima elencados, portanto, colocar-se-iam como tipos de explicação internalista diferentes e, por vezes, complementares, da história da África.

É importante salientar, todavia, que a utilização destes não é, apenas, uma questão de escolha de métodos, dos historiadores da *HGA*. Isto ocorre porque, na medida em que a ciência histórica é o ideal regulador dos autores da obra, vê-se ali a necessidade incontornável de sustentar tais explicações em comprovações científicas adequadas, sobretudo as de caráter factual. Algo que, sem dúvida, problematizou os fundamentos teórico-metodológicos da escrita da história ali presente.

Seja com for, não resta dúvida que este direcionamento coletivo que se tornou hegemônico na *HGA*, buscando unir perspectiva africana e ciência histórica, realizado por centenas de especialistas de todo o mundo, foi a maior contribuição que estes trouxeram ao conhecimento sobre a África. É importante salientar que os próprios autores estavam conscientes deste fato. Por isto, fizeram constar nos pontos gerais do projeto, em Paris (1971), a seguinte afirmação: “*Esse esforço em examinar os fatos a partir de seu interior é a característica singular do projeto e deverá, ao lado de suas qualidades científicas, conferir-lhe uma grande significação*”⁶.

Compreender e atualizar esta reflexão coletiva sobre a “perspectiva africana” é herdar o maior legado que a *HGA* deixou para a história da África, e para uma visão pós-eurocêntrica do saber histórico. Este é o sentido da análise aqui realizada, ainda em

⁶ SHC-MD-16, p. 7

andamento. Em uma próxima oportunidade mostrar-se-á como os modelos explicativos acima levantados, sustentam, no particular, a perspectiva africana na escrita da história da HGA.

Bibliografia

BARBOSA, Muryatan S. A construção da perspectiva africana: uma história do projeto *História Geral da África* (UNESCO). (mimeo) 2011.

BOAHEN, A. (Ed.). *História Geral da África. Volume IV África sob dominação colonial*. 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010

EL FASI, M. (Ed.). *História Geral da África. Volume III África do século VII ao XI*. Brasília : UNESCO, 2010.

KI-ZERBO, J. (Ed.). *História Geral da África. Volume I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática, 1982.

MAZRUI, A. (Ed.). *História Geral da África. Volume IV África desde 1935*. Brasília : UNESCO, 2010

MOKHTAR, G. (Ed.). *História geral da África, II: África antiga*. 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. NIANI, D. T. (Ed.). *História Geral da África. Volume IV África do século XII ao XVI*. Brasília : UNESCO, 2010.

OGOT, B. (Ed.). 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO *História Geral da África. Volume V África do século XVI ao XIX*, 2010.

Acervo documental da UNESCO na internet:

UNESCO (1966). UNESCO-CLT-HIGENAF-ABIDJAN-3.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143293eb.pdf>, consultado em 09/10/2009

UNESCO (1975). SHC-75-CONF. 601-2.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000118/011828eb.pdf>, consultado em 10/10/2009

UNESCO (1977). CC-77-CONF.602-1.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000324/032484eb.pdf>, consultado em 10/10/2009

UNESCO (1977). CC-77-CONF.602-2.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000324/032498fb.pdf>, consultado em 10/10/2009

UNESCO(1970). SHC-MD-10. <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001269/126966eb.pdf>, consultado em 09/10/2009